

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.525.702 - SP (2019/0176349-6)

RELATOR : **MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA**
AGRAVANTE : MARIA AUXILIADORA ALVES CORREA
ADVOGADO : JÚLIO APARECIDO COSTA ROCHA - SP105783
AGRAVADO : DADO-CONSTRUCAO E INCORPORACAO LTDA
ADVOGADOS : CÍNTIA MARIA LEO SILVA - SP120104
THIAGO PERES DE MIRA - SP369599
INTERES. : NILTON SALES DE FREITAS

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por MARIA AUXILIADORA ALVES CORREA contra decisão que inadmitiu recurso especial. O apelo extremo, com fundamento no artigo 105, III, alínea "a", da Constituição Federal, insurge-se contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo assim ementado:

"Embargos de Terceiro. Extinção nos termos do artigo 485, VI do CPC. Insurgência da embargante. Reconhecimento da intempestividade dos embargos de terceiro em demanda anteriormente proposta. Falta de interesse processual. Litigância de má-fé verificada. Manutenção da multa. Sentença mantida. Recurso improvido" (fl. 199 e-STJ).

Os embargos declaratórios foram rejeitados (fl. 212/214 e-STJ).

No recurso especial, a recorrente aponta violação dos artigos 486, 675, 842, 843 e 1.022, I e II, do Código de Processo Civil de 2015, 299, 300 e 840 do Código Civil e 1º da Lei nº 8.009/1990.

Sustenta a tese de negativa de prestação jurisdicional.

Afirma que possui interesse processual em virtude da tempestividade dos embargos de terceiro opostos, pois o auto de adjudicação do imóvel foi assinado em 26/1/2018 e que inexistia nos autos prova de que foi intimada da penhora nem da adjudicação do imóvel.

Defende não haver óbice à propositura da presente ação, pois a decisão proferida nos embargos de terceiro ajuizados anteriormente não resolveu o mérito.

Argumenta que o imóvel objeto da controvérsia é bem de família e, portanto, absolutamente impenhorável.

Alega que não há fato que caracterize a litigância de má-fé.

Não admitido o recurso na origem, vieram os autos conclusos a esta relatoria.

Contraminuta às fls. 256/263 (e-STJ).

É o relatório.

DECIDO.

O acórdão impugnado pelo presente recurso especial foi publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

Superior Tribunal de Justiça

O recurso não merece prosperar.

Inicialmente, observa-se que o tribunal local indicou adequadamente os motivos que lhe formaram o convencimento, analisando de forma clara, precisa e completa as questões relevantes do processo e solucionando a controvérsia com a aplicação do direito que entendeu cabível à hipótese.

Não há falar, portanto, em prestação jurisdicional lacunosa ou deficitária apenas pelo fato de o acórdão recorrido ter decidido em sentido contrário à pretensão da recorrente.

De outro lado, verifica-se que os conteúdos normativos dos arts. 299, 300 e 840 do Código Civil de 2002, 486 e Código de Processo Civil de 2015 e 1º da Lei nº 8.009/1990 não foram debatidos pelo Tribunal de origem, sequer de modo implícito, e tampouco forma opostos embargos de declaração para suprir eventual omissão no julgado quanto a este tema. Por esse motivo, ausente o requisito do prequestionamento, incide o disposto na Súmula nº 282 do STF: *"É inadmissível o recurso extraordinário, quando não ventilada, na decisão recorrida, a questão federal suscitada"*.

Nesse sentido:

"AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO INDENIZATÓRIA. PREVIDÊNCIA PRIVADA. AGRAVO RETIDO NÃO CONHECIDO POR INTEMPESTIVIDADE. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. SUCUMBÊNCIA MÍNIMA. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO QUANTO À TESE DE OCORRÊNCIA DE PRESCRIÇÃO DO DIREITO DO AUTOR. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ REFERENTE ÀS TESES: I) DE QUE OS CÁLCULOS REALIZADOS ESTÃO DIVORCIADOS DA REALIDADE; II) REDISTRIBUIÇÃO DOS ÔNUS SUCUMBENCIAIS; E III) TEMPESTIVIDADE DO AGRAVO RETIDO. RAZÕES RECURSAIS INSUFICIENTES. AGRAVO DESPROVIDO.

1. No que diz respeito à tese de ocorrência de prescrição, incidem, na espécie, as Súmulas 282 e 356 do Supremo Tribunal Federal, ante a ausência de prequestionamento, porquanto tal tese, bem como os dispositivos tidos por violados, não foram analisados pela Corte de origem.

2. Referente às teses de que os cálculos realizados estão divorciados da realidade, devendo ser revisto o valor da condenação; ser devida a redistribuição dos ônus sucumbenciais, porquanto a sucumbência do autor não foi mínima; e tempestividade do agravo retido, uma vez que a publicação da decisão se deu de forma incompleta, incidente a Súmula 7/STJ, pois a revisão das conclusões a que chegou o TJMG demanda o revolvimento do conjunto fático-probatório dos autos, providência vedada no âmbito do recurso especial.

3. Razões recursais insuficientes para a revisão do julgado.

4. Agravo interno desprovido" (AgInt no AREsp 1.035.542/MG, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 13/6/2017, DJe 23/6/2017).

Superior Tribunal de Justiça

Quanto à multa por litigância de má-fé, a deficiência na fundamentação recursal restou evidenciada, pois a recorrente não indicou especificamente quais os artigos de lei federal teriam sido contrariados pelo aresto recorrido, embora tenha se insurgido quanto à motivação da decisão, inviabilizando a compreensão da controvérsia posta nos autos.

Consequentemente, incide a Súmula nº 284/STF: *"É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia."*

Verifica-se, ainda, que remanesceu íntegro um dos fundamentos adotados pela Corte de origem para manter a sentença por falta de interesse processual, qual seja, de que *"a ordem de imissão na posse já foi cumprida"* (fl. 203 e-STJ), atraindo a incidência da Súmula nº 283/STF, aplicada por analogia: *"É inadmissível o recurso extraordinário, quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles"*.

Por fim, ressalta-se que a matéria atinente à intempestividade dos embargos de terceiro foi resolvida pela Corte de origem nos termos da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça como pode ser observado dos seguintes precedentes:

"AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. PRESTAÇÃO JURISDICIONAL COMPLETA. INEXISTÊNCIA DE VÍCIOS. EMBARGOS DE TERCEIRO. IMÓVEL RURAL. POSSE E PROPRIEDADE. COMPROVAÇÃO. CARÊNCIA DE AÇÃO. NÃO OCORRÊNCIA. EXECUÇÃO. DESCONHECIMENTO. PRAZO. TERMO INICIAL. IMISSÃO DO ARREMATANTE NA POSSE. ENTENDIMENTO ADOTADO NESTA CORTE. NECESSIDADE DO REEXAME DE PROVAS. VERBETES 7 E 83 DA SÚMULA DO STJ. ATUAÇÃO PROTETATÓRIA E DE MÁ-FÉ. ARTS. 80, INCISOS II, IV E VI, E 81, DO CPC. MULTA. NÃO PROVIMENTO.

1. A decisão recorrida foi publicada antes da entrada em vigor da Lei 13.105, de 2015, estando o recurso sujeito aos requisitos de admissibilidade do Código de Processo Civil de 1973, conforme Enunciado Administrativo 2/2016 desta Corte.

2. Se as matérias trazidas à discussão foram dirimidas pelo Tribunal de origem de forma suficientemente ampla e fundamentada, ainda que contrariamente à pretensão da parte, afasta-se a alegada violação ao art. 535 do Código de Processo Civil de 1973.

3. Nos termos da jurisprudência desta Corte, os embargos devem ser opostos até o quinto dia após a arrematação e antes de assinada a carta, se o terceiro tinha conhecimento da execução. Caso contrário, o prazo tem início com a imissão do arrematante na posse do bem.

4. O Tribunal de origem julgou nos moldes da jurisprudência desta Corte. Incidente, portanto, o enunciado 83 da Súmula do STJ.

5. Não cabe, em recurso especial, reexaminar matéria fático-probatória (Súmula 7/STJ).

6. Atuação protetatória e de má-fé da parte que, desconsiderando premissa do acórdão recorrido, deduz repetidamente argumentação que desvirtua a situação fática da demanda, e que por isso deve ser sancionada nos termos dos

Superior Tribunal de Justiça

artigos 80, incisos II, IV e VI, e 81 do Código de Processo Civil.

7. Agravo interno a que se nega provimento, com aplicação de multa de 1% (um por cento) sobre o valor da causa" (AgInt nos EDcl no AgInt no AREsp 1.022.171/MT, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 9/10/2018, DJe 23/10/2018 - grifou-se).

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO. PENHORA. EMBARGOS DE TERCEIRO. PRAZO. ART. 1.048 DO CPC/1973. TEMPESTIVIDADE. SÚMULA N. 83/STJ. DECISÃO MANTIDA.

1. **"Nos termos da jurisprudência desta Corte, os embargos devem ser opostos até o quinto dia após a arrematação e antes de assinada a carta, se o terceiro tinha conhecimento da execução. Caso contrário, o prazo tem início com a imissão do arrematante na posse do bem"** (AgRg no AREsp n. 389.222/RJ, Relatora Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 5/12/2013, DJe 3/2/2014).

2. No caso, o Tribunal de origem julgou em conformidade com a jurisprudência desta Corte ao afastar intempestividade dos embargos opostos por terceiro que teve ciência da execução com a penhora do bem, considerando que não ocorreu nenhum dos atos previstos no art. 1.048 do CPC/1973.

3. Agravo interno a que se nega provimento" (AgInt no AgInt no AREsp 879.210/RS, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 21/6/2018, DJe 29/6/2018 - grifou-se).

"AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. DIREITO PROCESSUAL CIVIL. 1. EMBARGOS DE TERCEIRO. INTEMPESTIVIDADE. NÃO OCORRÊNCIA. 2. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.

1. **Nos termos da jurisprudência desta Corte, os embargos de terceiro devem ser opostos até o quinto dia após a arrematação e antes de assinada a carta, se o terceiro tinha conhecimento da execução. Caso contrário, o prazo tem início a partir da efetiva turbacão da posse que se dá com a imissão do arrematante na posse do bem. Precedentes.**

2. Na hipótese, o Tribunal de origem constatou que a ora agravada adquiriu o imóvel objeto de penhora antes do ajuizamento da execução e até mesmo da emissão do título executado, não havendo, portanto, fraude à execução e tampouco intempestividade.

3. Agravo regimental improvido" (AgRg no REsp 1.504.959/SP, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 15/12/2015, DJe 2/2/2016 - grifou-se).

"AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EMBARGOS. EXECUÇÃO. DESCONHECIMENTO. PRAZO. TERMO INICIAL. IMISSÃO DO ARREMATANTE NA POSSE. REQUISITOS DE ADMISSIBILIDADE PREENCHIDOS.

1. **Nos termos da jurisprudência desta Corte, os embargos devem ser opostos até o quinto dia após a arrematação e antes de assinada a carta, se o terceiro tinha conhecimento da execução. Caso contrário, o prazo tem início com a imissão do arrematante na posse do bem.**

2. Agravo regimental a que se nega provimento" (AgRg no AREsp 389.222/RJ, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 5/12/2013, DJe 3/2/2014 - grifou-se).

Superior Tribunal de Justiça

Ademais, alterar as conclusões da Corte de origem demandaria, necessariamente, o revolvimento do acervo fático probatório, procedimento inviável em virtude do óbice da Súmula nº 7/STJ.

Nesse sentido:

"AGRAVO REGIMENTAL. MEDIDA CAUTELAR. RECURSO ESPECIAL NÃO ADMITIDO NA ORIGEM. SÚMULA 634/STF. AUSÊNCIA DE TERATOLOGIA OU DE CONFLITO COM JURISPRUDÊNCIA PACÍFICA DESTA CORTE. EMBARGOS DE TERCEIRO. TERMO INICIAL. PRAZO PARA AJUIZAMENTO. CIÊNCIA DO PROCESSO DE EXECUÇÃO. ELEMENTOS FÁTICOS DO CASO CONCRETO. SÚMULA 7/STJ.

1. Trata-se de Medida Cautelar com pedido liminar de suspensão dos efeitos de acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, contra o qual foi interposto Recurso Especial ainda não admitido na origem. O mérito recursal diz respeito ao termo inicial do prazo para ajuizar Embargos de Terceiro.

2. Somente em casos excepcionalíssimos, tem-se admitido o processamento de demanda dessa espécie para coibir a eficácia de decisão teratológica ou em manifesta contrariedade à orientação assentada pelo STJ (AgRg na MC 18.981/RJ, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 18/4/2012; AgRg na MC 18.871/RN, Rel. Ministro Castro Meira, Segunda Turma, DJe 16.3.2012;

AgRg na MC 18.603/SP, Rel. Ministro Teori Albino Zavascki, Primeira Turma, DJe 24.11.2011).

3. A jurisprudência do STJ admite como termo inicial dos Embargos de Terceiro a data da efetiva turbacão ou esbulho, mas exige como requisito para a flexibilização do art. 1.048 do CPC - segundo o qual sua propositura deve ocorrer até cinco depois da arrematacão, mas sempre antes da assinatura da respectiva carta - que o terceiro embargante não tenha tido ciência da Execução.

4. Sucede que, com base em peculiaridades fáticas percebidas na origem, chegou-se à conclusão de que, na hipótese dos autos, houve prévia ciência dos atos expropriatórios (fls. 288-290).

5. O acolhimento da pretensão da requerente pressupõe a conclusão de que ela não teve conhecimento dos atos expropriatórios, o que, em princípio, esbarra no óbice da Súmula 7/STJ.

6. Ao contrário do que alega, não é correto afirmar que o STJ tem firme entendimento de que deve haver, necessariamente, comprovação formal de ciência da constricção judicial pelo terceiro, o qual, como sabido, não é parte no processo e, por isso, não é destinatário natural das intimações judiciais. Desse modo, inafastável a Súmula 634/STF.

7. Agravo Regimental não provido" (AgRg na MC n. 20.130/MG, Relator Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 4/12/2012, DJe 19/12/2012 - grifou-se).

Ante o exposto, conheço do agravo para negar provimento ao recurso especial.

Na origem, os honorários recursais foram fixados em 10% (dez por cento) sobre o valor da causa, os quais devem ser majorados para 15 (quinze por cento) em favor do advogado da parte recorrida, nos termos do art. 85, § 11, do CPC/2015, observado o benefício

Superior Tribunal de Justiça

da gratuidade da justiça, se for o caso.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 02 de outubro de 2019.

Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA
Relator

